

Gestão democrática da construção de uma proposta curricular no ensino público: a experiência de Aracaju

Ada Augusta Celestino Bezerra*

Resumo

A pesquisa avalia a experiência da construção coletiva de uma proposta curricular no ensino público, sob a ótica da gestão democrática com que foi conduzida pelo sistema municipal de ensino, considerando a assimilação/explicitação do trabalho como princípio educativo que representou seu eixo/conteúdo fundamental, também elevado à diretriz do processo. Identifica suas contribuições objetivas/subjetivas e os determinantes da sua fragilidade como política pública, a partir da análise do contexto em que se desenvolveu, dos depoimentos dos seus protagonistas, dos documentos produzidos no processo e da revisão da literatura, centrada no pensamento de Marx, Gramsci e Heller. Aborda duas questões fundamentais da administração da educação: gestão democrática e trabalho como princípios educativos no currículo da escola pública, à luz das formas atuais de organização dos processos de trabalho e dos novos paradigmas de análise da organização escolar. Demonstra que se tratou de uma experiência de gestão democrática que alcançou seus objetivos, contribuiu para o crescimento/autonomia dos sujeitos e para a explicitação do trabalho como princípio educativo.

Palavras-chave: Gestão democrática. Trabalho. Princípio educativo. Educação. Autonomia.

* Pedagoga, com habilitação em Administração Escolar, pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Mestre em Educação pelo Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas (Iesa/FGV); Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); professora titular III da Graduação e do Núcleo de Pós-graduação em Educação da Universidade Tiradentes (Unit); líder do Grupo de Pesquisa: Políticas Públicas, Gestão Socioeducacional e Formação de Professor – Unit/CNPq; conselheira do Conselho Estadual de Educação (CEE) – SE e representante no Comitê Executivo Estadual da Educação do Campo; conselheira do Conselho Editorial da Editora Ex Libris (Guarapari – ES); professora aposentada da Universidade Federal de Sergipe (UFS); Secretária Municipal de Educação de Aracaju, SE (1989-1992); diretora do Departamento de Educação da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe (2003-2005); assessora técnico-operacional do Gabinete do Secretário de Estado de Educação de Sergipe (4/2005-2/2007); Endereço Residencial: R. Homero Oliveira, 325, Ed. San Remo, 303 – CEP: 49.020-190. Aracaju/SE; ada@sergipenet.com.br; ada_augusta@unit.br

1 INTRODUÇÃO

O objeto de estudo da investigação a partir da qual se desenvolveu este artigo foi a experiência de Construção Coletiva da Proposta Curricular da Rede Pública Municipal de Aracaju que, no corpo do trabalho, vem referida abreviadamente como a experiência de Aracaju. Com o objetivo fundamental de avaliá-la como política educacional pública, de natureza qualitativa, quanto às suas contribuições e virtualidades, bem como quanto aos seus limites e fragilidades, desenvolveram-se procedimentos da metodologia de pesquisa qualitativa. Durante a perseguição desse objetivo, buscou-se contribuir na produção do conhecimento sobre duas questões fundamentais que a experiência de Aracaju traz à tona, hoje imersas na ambigüidade imposta pelo neoliberalismo à educação: gestão democrática e trabalho como princípio educativo.

Em uma das hipóteses apontadas como orientadoras da investigação, afirma-se que a construção curricular de Aracaju foi uma experiência de gestão democrática pelo fato de ter sido um processo coletivo de tomada/execução/avaliação de decisões, aberto à participação de diversos segmentos da sociedade civil e calcado na autonomia dos protagonistas, que alcançou seu objetivo. A outra hipótese assevera que seu maior mérito residiu no processo vivenciado pelos sujeitos, que lhes teria assegurado um crescimento no plano pessoal e profissional, pela via da convivência dialética da cotidianidade com a genericidade.

Com base na trajetória teórico-metodológica da pesquisa, ou seja, por meio da revisão da literatura, análise dos documentos produzidos pelo grupo no contexto da experiência e informações obtidas com uma amostra dos protagonistas – incluindo professores e especialistas em educação, atuantes nos níveis de coordenação e dos Grupos de Trabalho (GTs), além de uma liderança estudantil e outra do sindicato docente, consultados mediante instrumentos, como entrevista, questionário e eventos coletivos (um seminário e dois círculos de estudo) –, foi possível mapear seus limites e fragilidades, bem como detectar suas contribuições e confirmar essas hipóteses.

A pesquisa partiu de uma preliminar que se opõe ao espontaneísmo, considerando absolutamente necessária a organização da proposta político-pedagógica da escola pública, cujo instrumento primeiro é o currículo e seu eixo, o trabalho, tendo em vista contemplar os interesses dos trabalhadores, na perspectiva de combate à ideologia hegemônica, superação da condição de classe e a construção/consolidação de uma nova alternativa de relações de produção. Foi nesse

panorama que se entendeu o trabalho e a educação como práticas sociais amplas, voltadas para a produção da existência e formação do homem, que se interpenetram e interagem com as demais esferas educativas da contemporaneidade, sem perderem suas especificidades.

Também foi tomada como assentada a atualidade do trabalho como princípio educativo, concebido tanto em sua positividade de trabalho humano em geral quanto em sua dimensão degradante nessa sociedade capitalista, com seus novos paradigmas produtivos e formas atuais de organização, justamente por inspirar a escola na crítica ao trabalho, nas sociedades de classes e construção de uma contra-hegemonia, a partir da assimilação de parâmetros tecnológicos, patamar para novos avanços na direção da cidadania plena.

Ainda esteve a investigação apoiada no pressuposto da indissociabilidade forma/conteúdo, daí esforçar-se para só caracterizar a forma de condução da experiência de Aracaju como gestão efetivamente democrática quando reconhece que seu objetivo foi alcançado, em determinado nível. Este objetivo esteve norteado pelo conteúdo fundamental das discussões curriculares em exame, ou seja, o trabalho como princípio educativo, que foi assumido, apreendido e explicitado, certamente com a amplitude possível, no conjunto da experiência de Aracaju, evidenciando-se nas produções e manifestações avaliativas dos protagonistas sobre a proposta curricular e até como diretriz nas relações que se deram no âmbito do próprio projeto. A premissa aqui é, portanto, que a gestão de um empreendimento somente é substantivamente democrática se este é conduzido de forma crítica, coletiva e organizada ao alcance dos seus objetivos. A gestão democrática é assim concebida não como um fim em si, mas como um meio para o alcance de fins, também essencialmente democráticos.

Toda a trajetória teórico-metodológica voltou-se para a identificação do grau de gestão democrática com que se deu a construção coletiva da Proposta Curricular de Aracaju, em sua versão preliminar, buscando identificar a assimilação e explicitação do trabalho como princípio educativo, consideradas as novas conformações do trabalho na contemporaneidade, nos contextos mundial, nacional e local, decorrentes do estágio de desenvolvimento das forças produtivas e da conjuntura política e econômica. Em outras palavras, as questões cruciais que acompanharam o estudo foram relativas à propriedade do trabalho como um dos princípios educativos da escola pública na contemporaneidade e à metodologia mais adequada para sua explicitação nos diversos componentes curriculares.

2 A EXPERIÊNCIA DE ARACAJU

Entre as experiências vividas como Secretária de Educação da Prefeitura Municipal de Aracaju, de 1989 a 1992, destaca-se a elaboração coletiva da proposta curricular, por seu caráter eminentemente político-pedagógico e inovador. Por intermédio dela, um grupo de educadores, alunos, pais e lideranças comunitárias tentou formular ou sistematizar um currículo para a escola pública básica, desde a educação infantil até o ensino fundamental e médio, tendo o trabalho como princípio educativo. Conforme Secretaria Municipal da Educação/PMA (1992a), seus objetivos básicos voltaram-se para a elaboração coletiva de uma proposta curricular com vistas à orientação e subsídio das ações-reflexões-ações escolares de educadores-educandos nas respectivas organizações curriculares, enfatizando as atividades de apropriação e superação críticas do saber historicamente acumulado nos diversos campos da ciência.

Sua continuidade foi surpreendente nesses quatro anos (1989-1992), não obstante desenvolvida no seio de profunda crise política e econômico-financeira, em que recrudesceram de tal modo as relações sindicato docente *versus* executivo municipal, que eclodiram sete greves do magistério, além dos movimentos reivindicatórios dos servidores técnico-administrativos que culminaram com o bloqueio judicial das contas da Prefeitura de Aracaju, em 1992. Talvez pelo próprio princípio norteador (o trabalho), a experiência em tela foi capaz de facultar alianças entre políticas públicas e demandas sociais, estando suficientemente claro para os integrantes da Secretaria de Educação e do Sindicato Docente que o inimigo comum era o projeto neoliberal do governo.

Foi, sem dúvida, um momento contraditório, mas privilegiado da vida de Aracaju, como instância municipal de um estado do Nordeste, em que o setor educacional se destacou diante da condição concreta da sua prefeitura, situada numa arena da política-partidária na qual acontecem diversas pressões para a manutenção da hegemonia ainda de grupos oligárquicos. Tal experiência demonstrou ser possível uma articulação de forças capaz de estreitar os laços entre professores/alunos/organismos da sociedade civil e as políticas públicas do Estado, quando se voltam para a busca do atendimento às demandas sociais.

Durante esse período – fim do governo Sarney, eleição/posse/*impeachment* de Collor e governo Itamar, no âmbito federal; dos governos estaduais de Antonio Carlos Valadares e João Alves Filho, ambos então do Partido da Frente Liberal (PFL) –, a gestão do prefeito Wellington da Mota Paixão, naquela opor-

tunidade filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), além de conviver com os fortes impactos da crise econômico-financeira do país nos cofres e projetos municipais, apresentou desde o início sinais de profunda crise política interna. Sua eleição foi apoiada por uma “frente progressista” que congregou vários partidos de esquerda, sob a liderança do ex-prefeito Jackson Barreto (PSB), conhecido líder populista, afastado do exercício em 1986 por um ato do Governo de Estado que declarou intervenção na Prefeitura de Aracaju; sua vitória foi considerada “a resposta de Aracaju” àquela intervenção e às forças conservadoras da situação. Tal aliança, entretanto, foi desfeita logo nos primeiros meses, dando-se inclusive o rompimento prefeito/ex-prefeito e, de modo progressivo, o isolamento do primeiro em relação aos tradicionais representantes das forças políticas locais (tanto de esquerda, quanto de direita), bem como o acirramento da crise econômico-financeira da prefeitura e, com ela, a exacerbação dos conflitos funcionalismo *versus* executivo.

A sistematização da versão preliminar da proposta curricular é delineada como contradição maior e salutar no movimento dialético dessa realidade. Aponta, nesse sentido, o fato de que sua publicação ocorreu justo no momento mais crucial dessas relações, em que o salário de um mês era pago no vigésimo dia do mês seguinte. Nessa ocasião, o magistério demonstrou, por intermédio da sistematização do material produzido coletivamente, sua capacidade de superação das próprias condições concretas de trabalho, ratificando sua condição de mediador entre o real e o ideal.

Nascida de um momento altamente coletivo, o II Congresso Municipal de Educação (1989) – evento que marcou o início dessa gestão na Secretaria de Educação em termos de participação, definições e emersão de conflitos, congregando 1.500 participantes entre profissionais do ensino (professores, especialistas e funcionários técnico-administrativos), líderes comunitários e estudantes –, a experiência de Aracaju, de construção coletiva da Proposta Curricular, conforme é explicitado em seus documentos básicos, assumiu uma postura de investigação em que o coletivo, “o nós”, foi a tônica.

Os técnicos da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Aracaju (Semed/PMA) afirmam, no material produzido, a clareza que tiveram, desde então, de que não poderiam assumir sozinhos o processo de pesquisa, reconhecendo-se, com os professores e demais segmentos da educação municipal, como sujeitos cognoscentes, integrantes do próprio objeto de estudo. A reanálise do material coletado evidencia que a premissa básica do grupo mentor e condutor da experiência

foi a de que, embora houvesse um currículo em curso nas escolas da rede municipal não-sistematizado, assim como uma perspectiva progressista impregnada na história do movimento dos educadores municipais a partir de 1985 – quando se deu a gestão do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), na prefeitura de Aracaju, com o ex-prefeito José Carlos Teixeira – careciam ambos de melhor explicitação à luz dos critérios de coerência e da unidade teoria/prática.

Esse grupo, como revelam as fontes já citadas, foi constituído de pessoas com história de participação em lutas políticas de defesa da escola pública, entre as quais me incluo, pois fui recrutada para o cargo de Secretária de Educação no movimento dos professores da UFS, quando presidia, por eleição, a Associação dos Docentes (Adufs), período em que se tornou sindicato e filiou-se à Central Única dos Trabalhadores (Cut). Ainda nesses documentos, a equipe integrante da Semed/PMA, responsável pela educação no quadriênio em estudo, declara que entendeu ser necessário se expor largamente, submetendo ao crivo de amplo debate sua visão de mundo, calcada, também, numa perspectiva igualitária das relações sociais.

Dos princípios e diretrizes aprovados no II Congresso Municipal de Educação, que aparecem condensados no documento de política educacional – Secretaria Municipal da Educação/PMA (1989) –, alguns se encaminharam diretamente para a produção de um projeto de elaboração da proposta curricular, o que revela se tratar de uma vontade política coletiva que já oferecia suas linhas gerais e, de certo modo, o próprio comando teórico. Exigia-se uma escola de qualidade, voltada para o atendimento dos direitos civis básicos do cidadão das camadas populares, que assegurasse não só o seu acesso, mas a permanência regular no sistema de ensino, de modo a compatibilizar terminalidade e continuidade; ao mesmo tempo, reclamava-se a valorização do professor – entendido como interlocutor básico, mediador relevante nesse processo – e uma gestão efetivamente democrática. Esse foi o conteúdo da luta desenvolvida durante o processo de construção coletiva da proposta curricular.

Na Secretaria Municipal da Educação/PMA (1992), admite-se que o conjunto de princípios e diretrizes que integrou o documento de política da educação municipal para o período de 1989-1992, fruto desse congresso, foi atualizado na prática, durante o transcurso do quadriênio, em função das circunstâncias concretas. Assim, desvelam-se fatores econômicos e posturas político-administrativas do poder público municipal que se constituíram em contradições e desvios em relação a esse ideário. Por outro lado, assegura-se o crescimento do grupo como determinante de avanços nesse projeto de construção coletiva da proposta curri-

cular, do ponto de vista epistemológico e político-pedagógico. Esse mesmo documento contém a afirmação de que foi desencadeado, gradativamente, um amplo processo pedagógico no âmbito da Secretaria de Educação, de modo que:

[...] o estudo e a pesquisa passaram a compor o cotidiano, sobretudo daqueles profissionais preocupados com seu compromisso diante da função social e política da escola pública, transformando a Secretaria de Educação num profundo espaço de troca de experiências, de reflexão/ação, de busca da unidade teoria/prática, enfim de elaboração de conhecimento, com contínua interação com a universidade pública local e de outros estados. (SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO/PMA, 1992a, p. 9).

Nessa conjuntura, assinalada por profundas contradições, foram desenvolvidas duas semanas de educação (1990 e 1991), que contemplaram cerca de 1.000 professores e especialistas; um seminário estudantil que reuniu mais de 400 alunos em torno do tema: “O Currículo Escolar – Instrumento Político-Pedagógico de Construção da Cidadania” (promovido com líderes estudantis dos grêmios e Associação dos Estudantes da Rede Municipal de Ensino – Pró-aerme – 1991); um Seminário com, aproximadamente, 500 comunitários entre pais de alunos e lideranças de bairro: “A Escola Municipal busca sua Identidade na Relação com a Comunidade” (1990); dois encontros com os especialistas em educação, alcançando cerca de 300 técnicos das escolas e da Semed (1991 e 1992) e dois seminários sobre “Gestão Democrática: aperfeiçoando os Conselhos Escolares e a Eleição das Direções das Escolas Municipais”, contemplando cerca de 300 interessados entre técnicos da Semed, professores, gestores escolares, lideranças estudantis e docentes (1990 e 1992). As fontes documentais consultadas informam que, para a participação nesses eventos, os critérios foram definidos sempre democraticamente, ouvindo-se os sujeitos e zelando-se especialmente pela representatividade de cada escola integrante do sistema municipal de ensino. A questão da objetividade foi trabalhada na forma da intersubjetividade, o que favoreceu a explicitação dos conflitos, divergências e contradições, ao mesmo tempo em que eram buscados consensos progressivos e provisórios.

Ainda segundo a Secretaria Municipal da Educação/PMA (1992), o pressuposto que perpassou todos esses eventos foi o de que construir uma proposta curricular democrática e dirigida aos interesses dos trabalhadores e de seus filhos, implica necessariamente um “[...] aprofundamento metodológico e epistemoló-

gico do conhecimento e do saber existente, num processo dialético de planejamento, execução e avaliação [...]”, postura metodológica que, de fato, inspirou o grupo em sua dedicação aos estudos. O processo de construção curricular foi entendido como construção coletiva, ato político, portanto não reduzido a ações técnicas. O currículo foi concebido numa perspectiva ampla:

[...] processo sócio-histórico-cultural organizado na própria unidade escolar, em movimentos não lineares e sempre vinculados à sociedade onde foi gerado; [...] corporificação dos interesses sociais e luta cultural que se processa na sociedade. Interesses e lutas que invadem e transitam na escola, concretizando-se nas práticas pedagógicas. É instrumento de ação política, que se define no posicionamento do educador, diante da realidade e no compromisso com outros sujeitos educadores-educandos. Ou seja, aqui o currículo é compreendido como ação coletiva que se funda numa concepção de mundo-homem-educação. Concepção esta que aceita e acreditada, é trabalhada na escola, numa sociedade concreta. (SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO/PMA, 1992a, p. 15).

As fontes já citadas revelam que a hipótese orientadora da construção do currículo foi a de que o trabalho é o princípio educativo por excelência na escola, podendo ser o norte não só da proposta curricular, mas também da prática pedagógica em sala de aula, gerando atividades, conteúdos e métodos essenciais à formação do cidadão omnilateral (multifacetado, reconhecido nas suas diversas dimensões), desde a educação infantil até o ensino fundamental e médio. Aqui, o pressuposto é que o currículo é, de fato, a proposta curricular mais a prática pedagógica.

Em sua versão preliminar, essa proposta indica que tal hipótese conduziu o grupo co-autor a contínuo aprofundamento e atualização em torno da literatura sobre trabalho e educação. Entretanto, o exame mais cuidadoso da documentação pertinente, sobretudo da produção dos Grupos de Trabalho (GTs) constituídos durante o processo, revela que, não obstante a revisão teórica e as estratégias de socialização desenvolvidas pelos seus integrantes, muitas questões não ficaram resolvidas, e que o próprio princípio educativo contido no trabalho não foi devidamente apreendido ou explicitado, não se fazendo sentir de fato em todos os componentes da proposta curricular.

A metodologia de estudo adotada nesse processo de construção da proposta curricular, de acordo com o que indica sua versão preliminar, assemelhou-se à pesquisa participante, caracterizando-se permanentemente pela ação integrada

de grupos, pelo efetivo envolvimento de significativa e representativa parcela da população à qual se destinava, bem como de seus mediadores, em especial o professor. A ênfase no processo implicou, necessariamente, a ênfase ao produto; a pesquisa assumiu características de um verdadeiro processo educativo, abrangendo uma prática científica, pedagógica e essencialmente política na produção de conhecimentos, o que é mérito tanto do princípio educativo quanto da pesquisa participante.

Conforme consta no documento Secretaria Municipal da Educação/PMA (1992a), a organização do trabalho seguiu, de certo modo, as fases indicadas por Le Boterf (1984): organização da infra-estrutura, momento investigativo, tematização e programação, todas perpassadas pela avaliação contínua, discussão permanente e difusão dos resultados. Sob essa inspiração, o projeto em tela desenvolveu-se em quatro momentos: conhecimento da problemática; montagem institucional da metodologia de trabalho; sensibilização da comunidade escolar e da sociedade civil; elaboração, avaliação, deliberação coletiva e difusão da proposta curricular, os quais se interpenetraram.

Esse documento inicia retratando o processo mais amplo da gestão – que se pretendeu democrática –, centrada na meta de sistematização da proposta curricular; em seguida, explicita os “pressupostos teórico-metodológicos do currículo” e destaca as representações de alunos, professores e especialistas da rede municipal sobre a prática pedagógica em curso nas escolas municipais. Seu conteúdo fundamental, pelo caráter teórico-prático, reside na produção dos Grupos de Trabalho (GTs), organizados em torno de áreas e conteúdos considerados essenciais, mediante critérios democráticos, com representação de docentes e especialistas das escolas e da Secretaria de Educação, além de assessores, escolhidos de acordo com cada grupo, independente da vinculação à rede municipal de ensino. Para a garantia das implicações financeiras dessa assessoria, foram obtidos recursos com o Ministério da Educação (MEC).

O ponto de partida para constituição desses GTs foi a definição de áreas dos processos de ensino e aprendizagem com respectivos conteúdos essenciais, ambos identificados como fundamentais à formação do cidadão na perspectiva da omnilateralidade, ou seja, do homem integral, do cidadão multifacetado. Desse modo, formaram-se treze GTs, que reuniram cerca de cem docentes, escolhidos por seus pares em suas respectivas escolas e/ou nas semanas de educação, em torno de áreas do processo de ensino-aprendizagem e conteúdos essenciais da educação básica: Educação Infantil (incluindo a preocupação

com creches e pré-escolas), Alfabetização (de crianças, jovens e adultos), Língua Portuguesa, Educação Artística, Ciências, História, Geografia, Educação Física, Ensino Religioso, Língua Estrangeira, Matemática, Contabilidade e Disciplinas Pedagógicas.

Uma das questões metodológicas enfrentadas pelo grupo, de acordo com Secretaria Municipal da Educação/PMA (1992a), prendeu-se à integração vertical entre os diversos níveis de ensino a partir de diferentes GTs, bem como à integração horizontal dos conteúdos considerados essenciais na busca da interdisciplinaridade da proposta e da escola unitária ou inteira que se quer construir com os filhos dos trabalhadores. A solução formulada foi a do Grupão, que se deveria reunir pelo menos uma vez em cada mês, aberto a todos os segmentos, enquanto os GTs reuniam-se semanalmente. Foi dessa forma que se cuidou do intercâmbio de experiências, da revisão contínua da produção, da unidade do trabalho e da inteireza da proposta de escola ou do projeto político-pedagógico. Os GTs aprofundaram os pressupostos teóricos do projeto, definindo seus encaminhamentos metodológicos com ampla liberdade, conforme asseguram os relatórios, tendo em vista a socialização de todas as etapas do processo, mediante ampla consulta às bases e a explicitação da concepção de currículo, como instrumento de ação política que sedimenta as relações aluno/escola/sociedade.

Nesse processo, a ação dos GTs fez emergir conflitos de ordem política, de modo que alguns grupos se desfizeram em determinados momentos e se recompuseram em outros, registrando-se algumas dissidências e novas adesões. A tônica nesses estudos foi sempre o confronto ideológico e a busca de consensos (sempre progressivos e provisórios, como já foi dito) em torno de uma concepção de mundo, homem e educação, considerando o contexto concreto. Como ilustração desse clima, alguns dos protagonistas citaram uma reunião, realizada em meados de 1992, afirmando que esta foi marcada pelo clima de tensão e emoção, determinado basicamente por injunções políticas, por exemplo, a hostilidade ostensiva de alguns membros do Grupão com a administração municipal. Nessa reunião, nove dos treze GTs tomaram uma posição no sentido de formalizar a construção parcial do seu objeto de estudo, ainda que numa versão preliminar, autorizando a publicação da respectiva produção pela Secretaria de Educação. Deixaram de formalizar o conhecimento produzido os GTs de: Matemática, Contabilidade, Geografia e o das Disciplinas Pedagógicas, prevalecendo a vontade política dos sujeitos. A Semed/PMA, como se pode ver no respectivo documento, somente publicou o autorizado pelo grupo.

A análise documental permite constatar que a qualidade da produção desses GTs, sob a ótica dos pressupostos teórico-práticos do projeto, parece ter variado, sobretudo, de acordo com o grau de consulta às bases e de participação dos seus membros, o que foi promovido por GT e pela coordenação do projeto. Também é possível inferir que, entre os fatores determinantes dessa variedade, destacaram-se a perspectiva político-pedagógica, nível de conscientização, grau de militância político-sindical e aprofundamento teórico-prático dos integrantes dos GTs.

Entretanto, algumas características comuns foram identificadas na produção desses GTs, como: esforço de continuidade político-pedagógica em relação ao processo democrático na rede municipal, desencadeado desde 1985; severa crítica às condições físicas da escola e salariais do professor; tentativa de assimilação do eixo da proposta-trabalho como gerador de riquezas, bem-estar social e conhecimento (bem presente nos GTs de Alfabetização, História e Educação Física); caracterização de docentes e discentes, mais (para alguns GTs) ou menos (para outros grupos) exaustiva, em termos das suas representações; clareza da função social e política da escola pública para as camadas populares, na perspectiva de instrumentalização via domínio do saber; caracterização da prática pedagógica em curso na rede municipal; indicação de diretrizes ou perspectivas emergentes para articulação dos conteúdos essenciais na formação do cidadão; vasto levantamento bibliográfico; ausência da preocupação com o repensar do sistema de avaliação vigente, à exceção do GT de Alfabetização.

No que se refere à execução do projeto, na Secretaria Municipal da Educação/PMA (1992a), são descritos três programas, amplamente coletivos, que tiveram papel preponderante na construção da versão preliminar da proposta curricular: Programa de Horas de Estudo; Encontros Regionais de Escolas e I Jornada Municipal de Currículo. O primeiro (Programa de Horas de Estudo) refere-se à sistematização de uma conquista dos educadores assegurada no Estatuto do Magistério do Município de Aracaju (Lei 1.350/88), desenvolvida pelos integrantes do Departamento de Ensino de 1º e 2º graus da Secretaria de Educação (Densi/Semed), não obstante as limitações de diversas ordens que assinalavam as circunstâncias concretas. Desde 1988, os profissionais do ensino do município de Aracaju conquistaram e asseguraram no Estatuto do Magistério um percentual de sua carga horária de trabalho (25%) destinado ao estudo (horas de estudo), seja da jornada de 40 horas (com ou sem dedicação exclusiva), 20 horas semanais, seja, ainda, de suas variantes, o que proporcio-

naria, em tese, não só um tempo para reflexão, análise e troca de experiências e aprofundamento da prática pedagógica, mas também contribuiria para o avanço político, organizativo e científico da categoria.

Até então, em gestões anteriores, registravam-se algumas experiências parciais na tentativa de viabilização do Programa, não alcançando, entretanto, efetiva generalização ou sistematização. Foi no bojo da proposta curricular que o Programa de Horas de Estudo evoluiu qualitativa e quantitativamente, chegando a exigir a criação e implantação do Centro Municipal de Recursos Humanos Prof. Paulo Freire, na perspectiva da capacitação permanente. Toda a sistematização desse Programa de Horas de Estudo deu-se mediante amplo debate com educadores e sindicalistas. Na prática, constituiu um dos mais eficazes mecanismos viabilizadores da construção coletiva da proposta curricular. A produção dos GTs emergia praticamente das discussões travadas nas sessões de horas de estudo, e a elas retornava após ser sistematizada, para socialização, confronto e construção do saber verdadeiro ou não-unilateral, conforme orientação da pesquisa participante.

Ao final do quarto ano da experiência, a produção dos GTs iria requerer que fosse ela apresentada formalmente a fóruns mais amplos, com vistas a uma deliberação amplamente coletiva, como explicita Secretaria Municipal da Educação/PMA (1992a). Nesse sentido, foram organizados Encontros Regionais das Escolas, centralizados em cinco unidades-sede, congregando docentes, alunos, pais e líderes comunitários vinculados às escolas públicas municipais dos bairros onde estavam localizadas e de outros circunvizinhos. Tratando-se de momento típico de fim de governo e de campanha eleitoral para a prefeitura de Aracaju, esses encontros foram desenvolvidos como verdadeiros desafios no sentido da garantia de culminância do trabalho coletivo de quatro anos. Nessa altura, a crise político-econômico-financeira da PMA acirrava-se; paradoxalmente, os educadores, educandos e segmentos da população local faziam-se presentes, manifestando os conflitos e reivindicações, acima de tudo, exigindo a melhoria da escola pública, das suas condições de trabalho e a explicitação de um projeto político-pedagógico. Esse foi um dos momentos mais ricos para a socialização da produção dos GTs, o qual facultou novas contribuições e permitiu a sistematização preliminar da proposta curricular, versão em que o objeto de estudo aparece como parcialmente construído.

A versão preliminar da proposta curricular foi trabalhada, como culminância, na I Jornada Municipal de Currículo, que compreendeu 15 cursos de 40 horas-aula, distribuídos em 19 turmas, contemplando aproximadamente 800 educadores-educandos da rede municipal de ensino, centralizados nos temas:

A Proposta Curricular da Rede Municipal de Educação: aspectos ideológicos, políticos e pedagógicos - O Currículo na Pré-Escola - O Processo de Aquisição da Leitura e da Escrita no Currículo de Alfabetização Regular - A Função Social da Leitura no Currículo Escolar - Ação e Reflexão da Arte na Educação - O Ensino Religioso Escolar e a Proposta Curricular da Escola de Aracaju - A Alfabetização e o Currículo da Educação de Jovens e Adultos com vistas à Transformação Social - A Alfabetização Regular na Contextualização da Proposta Curricular - Aspectos Político-Pedagógicos do Currículo Escolar no Curso de Formação para o Magistério - Os Princípios da Proposta Curricular voltados para a Educação de Jovens e Adultos - Linguagem e Sociedade no Currículo do Ensino do 1º e 2º Graus - O Ensino do Esporte no Currículo da Educação Física - A Informática no Currículo da Contabilidade - Discutindo o Currículo da Pré-Escola - Fundamentos Políticos, Científicos e Pedagógicos da Prática da Administração Escolar. (SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO/PMA, 1992a, p. 21-22).

A reconsideração da experiência permite inferir, também, que outras prioridades desse projeto de Elaboração Coletiva da proposta curricular foram sacrificadas em virtude do clima de instabilidade política que assinalava as relações no final de um mandato, ficando inclusive prejudicada a idéia do III Congresso Municipal de Educação, que deveria trabalhar questões como deliberação e difusão da versão preliminar da proposta curricular e aspectos da avaliação da própria gestão que se encerrava, entre outros. A socialização da produção coletiva limitou-se à impressão de sua versão preliminar, ao encaminhamento de exemplares às direções recém-eleitas das escolas municipais que seriam empossadas já na nova gestão do município, às entidades sindicais docentes do Estado, às organizações estudantis e demais instituições democráticas e populares da sociedade civil local.

Nessa altura, já estava reeleito para a prefeitura de Aracaju Jackson Barreto, agora do Partido Democrático Trabalhista (PDT), líder populista que sofreu a intervenção já referida; outra era, então, a correlação de forças em Aracaju. Sua plataforma de campanha fez-se toda a partir da exploração das contradições da gestão Wellington Paixão. As eleições de 1992 trouxeram de volta à PMA aquele que fora, antes, o mentor da eleição do prefeito anterior e que dele se separara em seguida (1989), num rompimento aparentemente definitivo, marcado por agressões públicas. Em tese, ele estaria retornando para concluir sua obra que ficara inacabada com a intervenção de 1986. Seus discurs-

sos de posse, bem como o da respectiva Secretária de Educação, declararam, abertamente, a intenção de ignorar todo o trabalho realizado naqueles quatro últimos anos, tomando como ponto de partida o deixado em 1986, como se fosse possível negar a história.

A postura de descontinuidade abrupta, como se pode inferir a partir da análise documental e das representações dos protagonistas, representou um golpe contra a expectativa do grupo de, aproximadamente, cem educadores, responsável nesses quatro anos pela sistematização da proposta curricular que, entre conflitos e contradições, esteve sempre preocupado com a (e na expectativa da) continuidade do processo, mesmo que revistas suas bases. Esse grupo que, em momento nenhum foi monolítico em suas decisões ou mesmo homogêneo em sua composição, mostrou-se sempre disposto a prosseguir os estudos ao lado da luta permanente por melhores condições de trabalho e por uma política salarial compatível e digna, em respeito à produção coletiva desse quadriênio. Considerando a relevância social do tema, já apontada, bem como todo o esforço e dispêndio concentrados pela Semed/PMA durante quatro anos, num processo que mobilizou os diversos segmentos da sociedade interessados na qualidade da educação pública municipal, produzindo um conhecimento sobre a realidade, foi preocupante a questão da descontinuidade.

Nesse sentido, na Secretaria Municipal da Educação/PMA (1996), aponta-se como um dos temas sugeridos por educadores dos 1º, 2º e 4º distritos educacionais do município, num levantamento desenvolvido em 1995-1996: “[...] a promoção de discussões para o aprofundamento da proposta curricular de 1992.” Diante desse dado, o Secretário de Educação, nesse período, autorizou publicamente, durante o III Encontro de Especialistas em Educação da Rede Municipal de Ensino, realizado em 23 de abril de 1996, a retomada das discussões a respeito, tendo como pontos de partida a contribuição dos protagonistas da experiência e a pesquisa ora exposta que se encontrava em andamento; isso após uma ruptura de, aproximadamente, quatro anos.

Novas eleições para prefeito ocorreram em 1996, sendo eleito o candidato apoiado por Jackson Barreto, agora do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que derrotou o candidato de uma coligação encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), ficando, portanto, colocado o desafio de uma tentativa mais consistente de resgate da experiência de construção curricular, naturalmente a critério dos novos gestores e da atual correlação de forças políticas.

A partir das análises desenvolvidas durante o processo de elaboração e defesa da Tese de Doutorado, são apresentadas algumas reflexões finais fundadas nas constatações que se evidenciaram ao longo da pesquisa, reconhecendo o limite implícito ao seu escopo em relação à complexidade do objeto de estudo e da própria temática, abordados em algumas das múltiplas dimensões possíveis. Outros desafios poderão merecer estudos posteriores.

3 ANÁLISE E CONTRIBUIÇÕES DA INVESTIGAÇÃO

A investigação centrou-se em uma experiência datada e localizada, que considerou os documentos produzidos no seu contexto, seu marco teórico, os depoimentos e representações de uma amostra dos seus protagonistas, numa relação singular sujeito/objeto. Seus resultados, portanto, são apenas indicadores em termos de avaliação, ao tempo em que contribuem, de algum modo, na discussão do trabalho como princípio educativo na escola pública.

Evidenciou-se que, em Sergipe, o trabalho permanece numa categoria central, registrando-se um crescimento do número de empregos notadamente no setor de serviços e comércio, conforme tendência mundial, cujas demandas já se referem aos atributos qualificacionais emergentes na contemporaneidade, como domínio da informática, do inglês e das informações, ao lado de habilidades como criatividade, discernimento e sociabilidade. Por outro lado, ficou demonstrado que Sergipe é palco também de progressiva desagregação das unidades produtivas familiares, elevação da concentração de terra e do êxodo rural e, ainda, do crescimento das formas precárias de contrato de trabalho, o que se expressa, na realidade, de que mais da metade dos assalariados não tem carteira assinada. A situação mais grave reside no setor agrícola do estado no qual a maioria dos ocupados produz para o consumo familiar próprio e de outros, portanto, sem remuneração. Pareceu ausente da experiência de Aracaju um aprofundamento maior e concreto da questão do trabalho em Sergipe, com suas especificidades, o que a situou, predominantemente, no plano teórico.

Com a revisão teórica e o trabalho empírico, principalmente na discussão teórico-prática da produção dos GTs e das informações prestadas pelos sujeitos da pesquisa sobre a vivência do processo de construção curricular, veio à baila uma heterogeneidade de representações não tão dispersas, com predominância da perspectiva transformadora em relação à reprodutora. As representações foram entendidas como as formas particulares com que os protagonistas da experi-

ência de Aracaju assimilam, interpretam e constroem subjetivamente a realidade objetiva das relações sociais, resultantes do seu confronto individual com o meio, notadamente as determinações materiais e ideológicas, reveladoras de sua postura de classe, explicitadas também na proposta curricular.

A constatação maior que a investigação assegurou foi a elucidação do ponto nevrálgico da experiência, considerado decisivo até como indicativo de ter sido a experiência conduzida na forma de gestão democrática: o grupo apreendeu e representou em sua produção o trabalho como princípio educativo, embora numa formalização híbrida entre a concepção ontológica e a concepção do trabalho encarado sob relações capitalistas. O fato de inúmeras dificuldades terem sido apontadas e de algumas declarações afirmarem a apreensão, mas negarem sua explicitação na proposta curricular pode ser atribuído ao sistema ideológico hegemônico que difunde e sedimenta visões mistificadoras da educação, da ciência e do trabalho, inclusive no seio da categoria dos educadores.

Esse comportamento pode ser resultado da formação do educador e do modo como se dá sua inserção social, perpassadas pela ideologia dominante, além da influência do próprio meio social. Acredita-se, portanto, que as dificuldades e os limites em relação à concepção, representação e explicitação do trabalho como princípio educativo podem ter estado, portanto, menos adstritas ao domínio da teoria marxista do que a uma sólida formação no sentido crítico e da militância político-pedagógica do educador.

Nesse sentido, é possível falar também da responsabilidade de alguns estudiosos e pesquisadores da área de educação, também de certos militantes sindicais, que falam do materialismo histórico como dogma, contribuindo para mantê-lo no domínio de poucos. Na verdade, é no dinamismo da própria realidade que se encontram as categorias complexas, as quais, mediante o próprio trabalho e outras formas de conhecimento, vão se explicitando. Sem negar a importância do acesso às informações, do domínio do saber acumulado historicamente e da associação prática/teoria, pode-se afirmar que o trabalhador, primeiramente por sua militância, acaba formulando esses conceitos da economia política.

Desse modo, é possível inferir que o verdadeiro conteúdo do trabalho como princípio educativo já vinha se explicitando na prática progressista que se instalou progressiva e não linearmente na educação municipal de Aracaju, desde o ano de 1986. A convicção da natureza alienante do trabalho capitalista esteve presente durante a experiência, sobremaneira nas denúncias docentes das suas condições de trabalho e reivindicações de uma escola pública de qualidade voltada para os

interesses dos trabalhadores. Os professores demonstraram que compreendem sua situação de submetidos à exploração do próprio Estado, lutando para que este não viole seus direitos, estabelecendo-se, nesse contexto, laços de solidariedade na categoria, que se fortaleceu também no contexto da própria experiência de currículo, não obstante certo distanciamento do respectivo sindicato que considerou a referida proposta contraditória naquela conjuntura. A categoria docente cresceu e fortaleceu-se na experiência de Aracaju, “por dentro e por fora”, inclusive com a consciência de que o pressuposto de uma efetiva luta contra o arrocho salarial é um programa claro e definido de combate à política econômica do regime.

Nesse sentido, o projeto de construção curricular representou, também, um espaço de resistência, no qual o magistério disse não ao seu papel subalterno na hegemonia da ideologia da classe dominante, que privilegia a acumulação, exploração, centralização e legitimação do próprio modo de produção capitalista, somando-se, em certa medida, aos representantes de outros segmentos da sociedade civil. Sua resistência configurou-se como ativa, na experiência de Aracaju, desde que buscou superar o controle da distribuição do saber social acumulado pela definição de um instrumento político-pedagógico (proposta curricular) voltado para a ampla socialização desse conhecimento com as camadas populares.

O caminho conflituoso percorrido pela experiência de Aracaju, desde seu nascimento até o momento de sistematização e difusão da produção dos GTs, aqui parcialmente retratado, pareceu ter sido todo ele pedagógico e típico de uma gestão que se propõe democrática. Seu caráter inovador, se por um lado trouxe a insegurança epistemológica, por outro trouxe a certeza de que o currículo foi e será sempre uma obra inacabada, que se atualiza permanentemente, sobretudo pela mediação do trabalho como princípio educativo; obra inacabada não por ter parado na versão preliminar, mas por se tratar de um instrumento aberto de modo permanente às determinações concretas. Todos os integrantes da amostra de protagonistas da experiência reconheceram o mérito desse projeto de construção curricular, sua procedência e sua contradição em relação ao contexto que a gerou e implementou, ficando patente que foi seu caráter democrático que lhe assegurou a permanência por toda uma gestão, em meio ao caos político, econômico e financeiro que assinalava o país e a prefeitura de Aracaju, em particular, dura realidade concreta em que ela se desenrolou.

Os demais segmentos da obra educativa, não incluídos na categoria docente (estudantes municipais, seus pais e lideranças comunitárias, em geral excluídos das decisões educacionais sobre o destino da escola pública) assumiram, em

certa medida, a condição de também protagonistas nesse processo. Entretanto, a prática no âmbito da educação municipal, apesar de afirmada pelos protagonistas como progressista, ainda convive com estigmas e discriminações que cercearam concretamente a participação desses segmentos, o que pode ser observado nas práticas e atitudes excludentes flagradas e denunciadas nos depoimentos dos sujeitos. Essa realidade relativizou os avanços democráticos e a natureza da proposta que estava voltada para as camadas populares e orientada pela politecnicidade, de modo que a experiência, nesse sentido, apenas apontou caminhos para uma parceria entre Estado e sociedade civil com vistas à definição/acompanhamento de políticas públicas. Esse ponto parece ter representado a maior fragilidade da experiência de Aracaju.

Não se pode renunciar, num projeto como o da Construção Coletiva da proposta curricular, da participação do segmento discente, dos pais de alunos e comunitários, representantes da voz do trabalhador, salvo na palavra de ordem do contexto neoliberal: flexibilização. Não se pode flexibilizar essa participação numa proposta de cunho politécnico. Essa é a alternativa para a transformação da escola mais que reduzi-la à gestão democrática e a currículo. A gestão do currículo tem que estar pautada na interlocução e na luta por direitos, com a participação dos diversos segmentos, calcada numa conjuntura conhecida e discutida na escola. Assim, a maior fragilidade da experiência de Aracaju estaria também na insuficiente participação das entidades democráticas e populares. Mesmo se admitindo a fragilidade organizativa da sociedade civil do estado de Sergipe nesse momento, insiste-se que tal interação é salutar por estabelecer um relacionamento consistente entre a escola e a sociedade civil, o diálogo entre educadores e as práticas, também pedagógicas, dos movimentos sociais.

Na rede complexa de relações e conflitos aqui esboçada, é possível buscar elementos que contribuam para a compreensão da medida em que o trabalho pode ser dito um princípio educativo, diante de uma historicidade, da luta por ampliação do espaço para uma nova hegemonia e da defesa concreta de uma escola pública de qualidade. Claro que se tratou de uma procura de rumos alternativos para a situação educacional, e que a natureza das mudanças estruturais que devem ocorrer é objeto de decisão da própria sociedade como um todo na sua luta pela democratização e construção do projeto social, político e econômico do interesse da população. A socialização/ampliação crítica do saber redundará na preparação de caminhos para tal fim.

A seguir, apresentaremos algumas contribuições da experiência realizada.

3.1 CONTRIBUIÇÃO DA EXPERIÊNCIA QUANTO AO TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

Reporto-me às conclusões pertinentes à elucidação do conceito do trabalho como princípio educativo da escola pública.

- a) A convivência na experiência de Aracaju de concepções diferentes de trabalho, uma presa ao seu sentido ontológico e outra o configurando no contexto das condições capitalistas, introduziu uma dimensão utópica de trabalho e politecnicidade que pode iluminar as análises do trabalho nas concretas relações do modo de produção na contemporaneidade.
- b) O trabalho como princípio educativo é o reconhecimento de que o homem, ao produzir sua existência, mesmo sob condições capitalistas, entra em contato com expressões parciais do saber acumulado, gerando novos saberes no plano subjetivo, tendencialmente fragmentados. Pelas diversas instâncias formadoras do homem, especialmente pela via da educação escolar, podem entrelaçar-se tais saberes num conhecimento mais amplo e voltar-se para a transformação das próprias relações que assinalam o modo de produção da existência. Assim, o ponto de partida do trabalhador, em cuja formação é tomado seu trabalho como princípio educativo, reside nos espaços educativos exteriores ao trabalho que lhe facultarão o distanciamento necessário à compreensão da intrínseca relação entre a luta pela felicidade pessoal e pelas transformações estruturais.
- c) O trabalho é uma atividade genérica que, pelo grau de socialização embutido na própria produção, solicita, crescentemente, do trabalhador o desenvolvimento de um projeto consciente e uma vontade política determinada. Daí pode ser dito um princípio educativo, mesmo no contexto capitalista, por representar a síntese histórica do desenvolvimento das forças produtivas e das contradições sociais presentes nas condições concretas de produção, de modo que, quando tomado como objeto de crítica, desvela as relações sociais de exploração. Desse modo, o trabalho como princípio educativo é, antes de tudo, uma concepção de educação segundo a qual o trabalho sob condições capitalistas é tomado como objeto de crítica (com seus paradigmas de produção e organização) e o avanço das forças produtivas é encarado na perspectiva do verdadeiro progresso do homem. Ele inspira a escola por seus meios de produção, pelos processos de trabalho e por suas contradições.

- d) O trabalho como princípio educativo pode ser dito, também, como uma tendência educativa que se explicita na medida da evolução da consciência de educadores e educandos quanto à natureza do próprio trabalho pedagógico escolar, com ênfase na vontade política quanto a um projeto de sociedade e a uma proposta alternativa de relações de produção, requerendo a consciência do trabalho educacional em suas intrínsecas relações com a estrutura econômico-social capitalista por parte dos organizadores do processo pedagógico escolar.
- e) Assim, o trabalho como princípio educativo é, praticamente, uma norma geral de conduta político-pedagógica, que se reconstrói continuamente nas relações de parceria entre os agentes da obra educativa, capaz de regular, democraticamente, o direito do trabalhador a uma educação de qualidade. Ele integra uma concepção de mundo que impõe a participação dos diversos segmentos da sociedade civil organizada e concebe o trabalhador como o acionador, construtor e avaliador dessa escola unitária.
- f) No currículo, o trabalho como princípio educativo explicita-se na postura dos seus agentes e na garantia da socialização dos avanços científicos e tecnológicos nos diversos campos do saber, assegurando aos educandos a introdução dessas ferramentas nos diversos ramos do trabalho e sua inserção na luta pela contra-hegemonia. Desse modo, faz-se presente nos fundamentos teórico-práticos dos diferentes componentes curriculares e na postura político-pedagógica do professor (na relação professor/aluno/conhecimento) e na sua prática social mais ampla. Implica revisão de objetivos, conteúdos e estratégias para dar conta da amplitude tecnológica como fenômeno social, teórico e prático. Assim, o trabalho que produz conhecimento, ele próprio, inspira sua articulação e sistematização na formação do cidadão.
- g) O trabalho como princípio educativo jamais se explicitará em sua plenitude no espaço da sala de aula, transcendendo-lhe pelo próprio currículo e alcançando os movimentos docente e discente, atividades complementares de cultura, esporte e lazer, entre outras, além dos próprios movimentos sociais. Ele alcança as demais relações socio-culturais, numa construção contínua e evolutiva, estando presente na própria existência social em que se produz no bojo de um projeto hegemônico.

h) O trabalho como princípio educativo é, pois, a unidade prática/teoria, a associação do homem em relação às esferas da necessidade com a liberdade, de modo a produzir um novo saber que lhe permita participar ativamente da reorganização da sociedade visando à socialização dos meios de produção, à superação da apropriação privada da produção e da vigente divisão do trabalho, encaminhando o processo produtivo à coletividade.

Nessa tentativa de contribuir para a problematização e clarificação do fazer pedagógico daqueles que foram protagonistas da experiência de Aracaju e dos atuais responsáveis pela educação municipal, deixa-se a indicação de que o maior dos limites dessa experiência de Aracaju foi o fato de o Estado, em sua instância Municipal – que foi capaz de engendrar uma experiência desse teor –, não ter assegurado condições de trabalho às escolas, aos professores e alunos compatíveis com a natureza da proposta, pré-requisitos de substantivos avanços político-pedagógicos. Trata-se de indicativo de contradições mal-administradas e de insuficiente vontade política por parte dos gestores dos diversos órgãos do aparato estatal municipal para dar à Educação a prioridade merecida em um governo democrático. É evidente que, sem salário justo para os professores e sem saneamento das deficiências nas escolas, nenhuma experiência transformadora se concretiza. Como lacuna técnica, evidenciou-se a carência de aprofundamento maior e concreto da questão do trabalho em Sergipe, especialmente na capital, com suas especificidades, o que talvez tenha contribuído para situá-la, predominantemente, no plano teórico.

A análise dessa experiência de Aracaju confirmou, em síntese, o caráter político da construção curricular na rede pública de ensino, com sua complexidade e exigência de posições claras por parte de gestores e educadores, apontando para a premência do desenvolvimento do caminho metodológico inverso a critério dos órgãos competentes da educação municipal, com a paciência pedagógica e histórica diante do fator tempo: partir diretamente das escolas com a construção curricular para compatibilizar a proposta da rede e, sem dúvida, garantir-lhe consolidação e continuidade, independente das rupturas que assinalam a educação pública a cada quatro anos. O caminho político-pedagógico percorrido não foi em vão, podendo, inclusive, a versão preliminar de proposta curricular ser socializada amplamente nas escolas e, a partir disso, alterada a metodologia, o que implica continuidade, vontade política e compromisso dos administradores e dos próprios protagonistas da rede municipal de ensino.

3.2 CONTRIBUIÇÃO DA EXPERIÊNCIA QUANTO À GESTÃO DEMOCRÁTICA

Finalmente, cabe destacar o processo propriamente dito de construção coletiva da Proposta Curricular de Aracaju, no qual, conforme uma das hipóteses de trabalho da pesquisa, teria residido seu maior mérito, por ter ensejado a um público amplo – que incluiu, além dos professores, especialistas em educação e alunos da rede municipal de ensino, uma representação dos pais e lideranças comunitárias – uma vivência democrática e essencialmente pedagógica.

A pesquisa trouxe à tona a complexidade da trama de relações que assinalou a experiência de Aracaju, por meio das falas dos protagonistas que integraram a amostra abordada. O ponto de partida para a caracterização da experiência de Aracaju como processo democrático foi a confirmação da participação dos diversos segmentos em todos os seus momentos, desde a concepção até a difusão da proposta curricular, entendendo por participação não a mera presença passiva em encontros coletivos, sem contribuição pessoal, nem o ativismo disperso marcado pelo proselitismo, mas sim a contribuição efetiva dos sujeitos na construção do objeto e nas respectivas decisões, de forma direta (caso dos GTs, Coordenação Geral, Grupão e eventos coletivos deliberativos) e indireta (no caso da base docente e discente da rede municipal de ensino, dos pais de alunos e comunitários, consultada oportuna e formalmente, mediante convocação ampla ou representação).

Uma controvérsia emergente nas respostas dos sujeitos da pesquisa refere-se à origem desse eixo e do próprio trabalho coletivo de construção curricular de Aracaju. No discurso oficial da Secretaria de Educação, ao apresentar a versão preliminar da proposta curricular, é afirmado que o trabalho foi um eixo assimilado da prática em curso da educação municipal sem, contudo, indicar o modo como se deu essa escolha, estando implícita a participação ampla. Os protagonistas dividem-se nesse sentido, afirmando a maioria ter sido iniciativa da Secretária de Educação e seus assessores, embora destaquem a questão da vontade e compromisso políticos dos sujeitos participantes, bem como o clima de estudos e debates em que a decisão teria sido tomada. Alguns situaram essa origem em estudos e discussões, aprofundamentos teóricos, desenvolvidos no âmbito da Semed, sobremaneira no seu Departamento de Ensino (Densi), incluindo a participação das escolas (educadores e educandos) e de outros segmentos da sociedade. Outros, ainda, apontaram o II Congresso Municipal de Educação (1989) como o desencadeador de todo esse processo, por suas reivindicações e programação, esforço que foi complementado pela I Semana de Educação (1990).

Essa dispersão de pontos de vista pode ser interpretada como indicativa de que, pela continuidade estabelecida durante toda uma gestão, o projeto de construção curricular tornou-se difuso nas diversas ações dos agentes da Secretaria de Educação e das escolas, em suas interações com outras instâncias do Estado e da sociedade civil. No entanto, por outro lado, parece existir, de fato, uma intenção manifesta da Semed no sentido de fazer avançar a educação municipal nessa direção, explícita, principalmente, no II Congresso Municipal de Educação e respectivas atividades preparatórias, o que foi constatado na análise documental.

Não obstante a controvérsia sobre o caráter coletivo da decisão pelo trabalho como princípio educativo, não foi contestado o teor democrático da experiência, podendo-se inferir que houve uma intenção da Secretaria de Educação que foi avaliada pelo grupo e só posteriormente transformada em projeto.

Nesse clima de conflitos e contradições vivenciados no âmbito da experiência – de contínuo enfrentamento governo municipal *versus* categoria docente, esta representada por um sindicato cuja direção era muito combativa e atuante –, diversas foram as tensões com as quais conviveram os GTs, além das injunções da pesquisa participante (forma como foi tratada a experiência no curso do quadriênio) e daquelas geradas no próprio cotidiano da educação municipal e dos protagonistas. Portanto, evidencia-se que uma proposta curricular é uma produção determinada por injunções do contexto socioeconômico, cultural e político. Os sujeitos da amostra ressaltaram os conflitos entre os participantes e entre estes e a Semed, os impasses metodológicos e políticos, mas também a tolerância com o pensamento divergente nos embates e discussões, talvez responsável pela manutenção da experiência e produção de uma versão preliminar da proposta curricular.

Uma variável importante emergiu desses depoimentos, embora de forma não tão explícita, referente à capacidade dos próprios grupos ou, melhor dizendo, a uma produção acumulada de, pelo menos, alguns membros desses grupos, que ofereceu subsídios aos GTs, permitiu-lhes avançar e experimentar maior segurança nesse processo coletivo de construção curricular. Assim, é preciso ressaltar a contribuição individual de cada sujeito histórico e a memória da instituição como também responsáveis pela qualidade da produção do projeto.

Indagados sobre a distância entre essa proposta curricular e a concreta prática pedagógica (cotidiana) dos protagonistas da experiência, os informantes, predominantemente, confirmaram-na; alguns até dimensionando-a (“grande” ou “enorme”) e esclarecendo os pontos de estrangulamento como: inexperiência de desenvolvimento de um trabalho pedagógico em torno de um eixo; insufi-

cientes domínio e interiorização do pensamento/prática socialista; hegemonia de um modelo de educação que dissocia teoria/prática e supervaloriza atividades intelectuais; características da vida cotidiana das escolas e de seus agentes que inviabilizam novas experiências; insuficiente nível de domínio do trabalho como princípio educativo; corte político que inviabilizou a continuidade dos trabalhos. Nessa questão, alguns depoimentos destacaram os requisitos para uma efetiva implantação da proposta, analisando-os diante da descontinuidade que foi imposta com a mudança de gestão; outros enfatizaram o crescimento pessoal e profissional de alguns protagonistas, bem como a inexistência de um mecanismo de acompanhamento que fornecesse elementos mais seguros sobre a unidade teoria/prática.

A permanência de grupos de resistência que ainda hoje desenvolvem a experiência, mesmo que parcialmente, é um indicador da vontade política dos protagonistas, de modo que, se não cerceados, mas incentivados e ampliados, poderão fazer com que suas práticas constituam iniciativas democráticas e de resistência que representem efetivas formas de oposição aos ajustes neoliberais em curso.

4 CONCLUSÃO

As lições indicadas pelos protagonistas como extraídas da experiência, principalmente no que se refere à elevação pessoal, profissional, institucional e grupal, da particularidade para a genericidade, revelaram que os educadores/educandos avançaram, em certa medida, a partir de seus interesses pessoais, dos problemas concretos das suas salas de aula, da gestão das escolas para os interesses mais amplos da educação pública municipal, das camadas populares e do destino da própria humanidade (crescimento em termos de concepção e compromissos). Ao que indicam as respostas, a experiência em questão foi um movimento que, embora institucional, contribuiu de forma mais evidente no processo de construção de identidade pessoal e profissional de cada um dos participantes, portanto no crescimento profissional dos protagonistas, sendo enfatizada como vivência democrática de respeito às suas opiniões.

Tais depoimentos podem ser interpretados, também, como indícios de que essa experiência, apesar de desenvolvida no âmbito institucional, portanto do Estado, avançou em direção à perspectiva progressista, não sendo denunciada por quaisquer dos sujeitos ou produção dos GTs gestos de clientelismo, assis-

tencialismo ou no sentido do engolfamento do sindicato, nem cooptação de seus membros. Os resultados da pesquisa indicam que o conteúdo da luta desse movimento institucional se prendeu a uma nova visão de mundo, a um projeto diferente de sociedade, à defesa da escola pública, à busca de uma qualidade inspirada no trabalho, atividade de cunho genérico-humano, desenvolvendo-se de modo a consolidar a gestão democrática.

Na verdade, foi uma experiência típica de trabalho, portanto capaz de ensinar a superação da muda convivência da particularidade com a genericidade presente no cotidiano de seus protagonistas, dentro de seus limites. Até certo ponto, foi uma tentativa de descolamento da Semed em relação ao Estado, mas que não conseguiu suficiente autonomia civil, constituindo uma ação do Estado que se mostrou sensível aos interesses de um grupo de educadores, vindo em seu encontro.

Quanto às contribuições da experiência em termos de construção da identidade institucional do sistema municipal de ensino, foram elas, de acordo com os depoimentos obtidos, de conteúdo significativo, sendo apontado o processo de elaboração da proposta curricular como responsável pelo delineamento de uma face progressista da educação municipal evidenciada nas ações dos seus protagonistas e na própria proposta curricular. Apesar de revelarem sua dificuldade de entendimento da concepção de trabalho como princípio educativo e, por isso, também a dificuldade de transformá-lo em prática, os professores valorizaram a ação desenvolvida pela Semed, na qual se sentiram respeitados e se perceberam como pessoas que cresceram nos planos pessoal e profissional.

Em relação à questão da autonomia dos sujeitos participantes das escolas e da própria Semed, houve unanimidade nos depoimentos dos integrantes da amostra, o que confirma ter sido esse um dos pontos mais altos da experiência: autonomia ampla em todos os níveis para todos os participantes da Semed ou das escolas; liberdade de acesso ou recuo, num clima de democracia, respeito e não-escamoteamento dos conflitos; responsabilidade e compromisso político.

Os dados obtidos na pesquisa indicam que a experiência em questão representou uma forma alternativa de gestão democrática de um trabalho político-pedagógico. A experiência de Aracaju constituiu, assim, uma “aventura democrática”, protagonizada por representantes dos segmentos extra e intra-escolar, repercutindo no plano pessoal, profissional e político, desenvolvendo uma consciência da responsabilidade individual e coletiva na luta pela democratização substantiva da educação pública.

Democratic administration of the construction of a curriculum proposal in public teaching: this experience in Aracaju

Abstract

This research evaluates the experience of a collective creation of a curricular proposal in public teaching, under the view of democratic management that was conducted by the municipal system of teaching. It considered, as an educative principle, the work assimilation/experience that represented its fundamental axle/content that was also elevated to the directive process. It identifies its objective/subjective contributions and the determinants of its fragility as public policy, from the analysis of the context in which such proposal was developed, the depositions of its main characters, documents produced in the process, and the literary review, that was based on the thoughts of Marx, Gramsci, and Heller. It approaches two fundamental issues related to the administration of education: democratic management, and work as educative principles in the curriculum of public schools, based on current forms of organization of the work processes, and on the new paradigm of analysis of school organization. It demonstrates that there was an experience of democratic management that reached its goals, contributed to the growth/autonomy of its characters, and to the explicitness of work as an educative principle.

Keywords: Democratic management. Work. Educative principle. Education. Autonomy.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Ada Augusta Celestino. **Gestão democrática da construção de uma proposta curricular no ensino público**: a experiência de Aracaju. 1998. Tese (Doutorado em Educação)—Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução Carmen C. Varriale et al. 6. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1994.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Sociología de la vida cotidiana**. Barcelona: Ediciones Península, 1987.

MARX, Karl. **Capítulo inédito d'o capital**: resultados de produção imediato. Tradução M. Antonio Ribeiro. Porto: Publicações Escorpião, 1975. (Biblioteca Ciência e Sociedade, n. 12).

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Moraes, 1983.

_____. **O capital**: crítica da economia política. 7. ed. São Paulo: Difel, 1982. v. 1.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO/PMA. **Documento conclusivo do seminário**: “a escola municipal busca sua identidade na relação com a comunidade”. Aracaju: Densi, 1991a.

_____. **Documento preliminar da pesquisa sobre o papel do pedagogo na escola pública municipal de Aracaju**: resgatando o especificamente pedagógico. Assessora: Dayse Vespasiano de Assis. Aracaju: Densi, 1996.

_____. **Documento síntese do I encontro de especialistas das escolas municipais de Aracaju**. Aracaju: Densi, 1991b.

_____. **Política da educação municipal** – 1989-1992: documento definido no II Congresso Municipal de Educação. Aracaju: Densi, 1989.

_____. **Projeto de elaboração coletiva de uma proposta curricular para a rede de ensino público e gratuito do município de Aracaju**. Aracaju: Densi, 1991c.

_____. **Proposta curricular elaborada coletivamente para a rede de ensino público e gratuito de Aracaju**: elementos de uma trajetória política e metodológica (versão preliminar). Aracaju: Densi, 1992a.

_____. **Proposta de sistematização do programa de horas de estudo** (versão preliminar). Aracaju: Densi, 1991d.

_____. **Relatório 1989/1992**: realizações Wellington Paixão. Aracaju: Densi, 1992b.